

# A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PAUTA DA CENTRAL NA ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT): UMA ANÁLISE SOBRE OS SEUS SIGNIFICADOS E IMPLICAÇÕES PARA A LUTA DE CLASSE

(Pesquisa em Andamento)

GT 18- Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

João Guilherme de Souza Corrêa<sup>1</sup>

Pretendemos expor os resultados de uma investigação a respeito dos significados e implicações para a organização política dos trabalhadores das práticas assumidas pela CUT no universo do cooperativismo e da economia solidária. Para a CUT fazia-se necessário o desenvolvimento de uma nova estratégia de enfrentamento com o neoliberalismo e uma nova proposta para a organização dos trabalhadores e a mobilização dos desempregados. As cooperativas e os empreendimentos solidários-econômicos foram colocados como alternativa para tanto. Para nós, mesmo que a entidade afirme no campo discursivo o socialismo como horizonte histórico, a sua participação executiva em projetos de desenvolvimento de empreendimentos solidários tem feito parte de uma estratégia política mais ampliada da Central de garantir uma legitimidade social debilitada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Solidária; CUT; Sindicalismo.

## INTRODUÇÃO

Em agosto de 2013 a Central Única dos Trabalhadores (CUT) completa sua terceira década de existência. Em 1983, quando iniciou suas atividades, ela contava com apenas quarenta sindicatos filiados, hoje, a despeito da perda de filiados que sofreu com o aparecimento de outras centrais sindicais, ela ainda se consolida como a maior central sindical do Brasil em termo de filiações absolutas, abrigando mais de dois mil sindicatos (BRASIL, 2013)<sup>2</sup>.

Se já não bastasse o seu portentoso tamanho para ser tratada como um importante objeto de investigações acadêmicas, a Central ainda aguça a curiosidade científica pela histórica participação que teve na construção das feições políticas do Brasil contemporâneo, quer se concorde ou não com suas posições assumidas nesse papel. Não obstante, a CUT de hoje continua a ser uma importante instituição que pensa o futuro nacional e que intervém na realidade brasileira, sobretudo durante a última década, marcada pela gestão do executivo federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), organização que tem sido, desde a fundação da central, a sua melhor expressão no campo da política partidária.

Entretanto, as reflexões que temos sobre a CUT e que tentaremos expor aqui não versarão especificamente sobre a sua já consolidada significância como fenômeno social, posto que os dados já expressam isso eloquentemente. A discussão em tela considerará o envolvimento da central com aquilo que convencionalmente tem sido chamado de economia solidária. Este fato, que por ora discutiremos

---

<sup>1</sup> Professor na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus Paranaguá. Doutorando na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Marília. Email: joao.correa@fafipar.br

<sup>2</sup> Segundo a aferição realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2013 sobre o ano de 2012, a CUT tem um índice de representatividade de 35,60%, no passo que a Força Sindical representa cerca de 13,80%. Enquanto as outras centrais (UGT - União Geral dos Trabalhadores, CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e NCST - Nova Central Sindical dos Trabalhadores) dividem o restante da representação. A CSP-Conlutas, a única opositora à esquerda da CUT, com 85 sindicatos filiados, não é reconhecida segundo os critérios do MTE. Mesmo assim, ela foi a entidade sindical que mais cresceu nos últimos quatro anos, cerca 550%. Conforme Informações de BRASIL (2013).

aqui, não tem recebido um tratamento exclusivo adequado por parte das pesquisas que têm foco no movimento sindical brasileiro, e em especial no sindicalismo da CUT. Não queremos dizer que este objeto específico tenha sido de todo ignorado por interessados na temática do sindicalismo contemporâneo e nem que pretendemos analisá-lo em definitivo aqui. O que nos propomos é dar uma contribuição às pesquisas sobre o assunto, enfocando aspectos até então pouco arrolados acerca desse acontecimento, abordando o tema a partir da lógica de outras mutações políticas que a central passou ao longo dos anos 90 (e que são relativamente pouco estudadas). Nesse ínterim, limitados pelas condições deste trabalho, exporemos os resultados de uma investigação em curso sobre o significado da trajetória política que conduziu a CUT à estratégia de envolvimento com a economia solidária (que começou a se efetivar em fins da década de 90), bem como sobre as implicações dessa opção para o cenário mais ampliado da luta de classe na sociedade brasileira.

## **A CUT DOS ANOS 90: CONSOLIDANDO A GUINADA**

O nascimento da CUT no início dos anos 80 foi o resultado da concatenação das lutas político-sindicais que explodiram no fim dos anos 70 nas regiões brasileiras de maior concentração industrial, mais notadamente o ABCD paulista. A sua formação se deu por um coletivo de tendências políticas diversas que tinham por objetivo direto reorganizar o movimento sindical brasileiro, lutando imediatamente contra o arrocho salarial e a superexploração do trabalho, mas em uma perspectiva de realizar o socialismo como um dos objetivos históricos da nova entidade. Literalmente, lê-se nas resoluções do seu primeiro congresso (I CONCUR) que a entidade já deveria propor intervenções em nível nacional na “perspectiva de construção de uma sociedade socialista” (CUT, 1984).

Embora o “socialismo” não tenha aparecido expressamente no seu primeiro estatuto (aprovado em 1984) como objetivo fundamental da Central, as lutas empreendidas, as formas como elas eram tocadas e as palavras do vocabulário militante não deixavam dúvidas de que a CUT estava na esteira das práticas que imediatamente identificamos como sendo recorrentes do exercício político das esquerdas, e, sobretudo, das esquerdas socialistas. É interessante observar que mesmo que a agitação da Central durante seu período fundacional tenha sido inegavelmente marcada por uma perspectiva anticapitalista e antiliberal, a própria definição do socialismo como um dos fundamentos do sindicalismo cutista não era “garantida documentalmente”. Foi no seu segundo congresso em 1986 – o II CONCUR – que ocorreu a proclamação da palavra “socialismo” pela primeira vez no seu estatuto. Muito embora os estatutos da central tenham sido recorrentemente alterados em seus congressos posteriores, a ideia de que ela é uma entidade que deve atuar na direção de uma transformação socialista na sociedade brasileira permanece assegurada estatutariamente ainda hoje como estratégia da Central.

Sabe-se que não é a existência, em si mesma, do termo “socialismo” nos estatutos da entidade que permite-nos categorizá-la como uma entidade que executa práticas concretas na intenção de construir esse sistema político-econômico. Entretanto, olhando a partir do contexto de fundação da CUT, e já dando um tratamento crítico a essa informação, podemos inferir que a opção de adotar a palavra socialismo nas suas resoluções significava, antes de tudo, um marco diferenciador em relação às práticas políticas do sindicalismo oficial que preponderava até então e, ao mesmo tempo, para simbolizar seu distanciamento ideológico da outra central sindical (a Central Geral dos Trabalhadores - CGT), de cariz moderado, que havia sido fundada na mesma época.

Contudo, ainda que a palavra tenha se fixado no estatuto como um horizonte a ser atingido, qual seria a concepção de socialismo (e a forma de sua construção) que orientaria a CUT na sua origem? Não podemos responder essa pergunta no momento. A resposta para ela demandaria um grande esforço investigatório que foge dos limites deste trabalho. Todavia, com o conhecimento dos desdobramentos posteriores do itinerário político da central, arriscamos a explicação de que, uma vez garantida uma

inspiração socialista mais genérica para a luta, ficaria a cargo da disputa política interna a delimitação do sentido da luta socialista na CUT. E foi provavelmente o que ocorreu: com a hegemonização política feita por suas correntes reformistas, a atuação da entidade “em direção ao socialismo” passou a ser associada, ao longo da década de 90, como luta pela efetivação da democracia liberal e, na virada do milênio, a associação disso com a construção de alternativas econômicas ao modelo de capitalismo vigente no Brasil através do cooperativismo e da economia solidária.

Muito embora fizesse parte da composição da entidade toda uma heterogeneidade de correntes, a contenda política ao longo dos primeiros anos acabou cristalizando-se numa polarização de forças que dividiu a disputa pela direção da Central em dois grandes blocos, um capitaneado pela tendência Articulação Sindical e o outro pela CUT pela Base. Vários pesquisadores que se debruçaram sobre a CUT têm concluído, sem muita variação, que o primeiro bloco tinha como característica a atuação mais pragmática, com visão reformista para as mudanças no capitalismo, rejeitando tanto a interpretação teórica marxista quanto as práticas das esquerdas marxistas, enquanto o segundo era portador de um viés mais radical, comunista e trotskista, advindo disso a classificação que o bloco da Articulação Sindical representaria politicamente o campo da “direita” e o da CUT pela Base a “esquerda” da Central. Antunes (2003) diz, por exemplo, que a Articulação é um agrupamento “mais sindicalista e com menor ênfase político-ideológica”, enquanto que a CUT pela Base, embora menor, “assume um perfil político e ideológico de esquerda mais acentuado, de inspiração marcadamente socialista” (ANTUNES, 2003, p. 70).

É consenso entre analistas e militantes das mais diversas estampas ideológicas que o seu terceiro congresso (III CONCUR, realizado em 1988) é o marco de uma inflexão ideológica na sua estratégia política. Para eles, esse congresso vai significar uma guinada da Central para a aceitação da luta sindical no âmbito da democracia liberal e para a negociação dentro dos limites da legalidade, em detrimento da postura de confrontação que tinha sido a tônica do movimento até então. Falando a respeito deste congresso, Leôncio Martins Rodrigues (1990) nos diz que:

Ocorre que situação e oposição (ou oposições) expressam concepções políticas e ideológicas que implicam diferentes visões do papel do sindicalismo: uma, majoritária, que pretende fazer da CUT uma central de organizações sindicais, o que significa, inexoravelmente e qualquer que seja a retórica, aceitar os parâmetros da economia de mercado e da ordem legal; outra, minoritária, que pretende fazer da CUT uma central de luta contra o sistema capitalista (RODRIGUES, L.M. 1990, p. 23).

Em suma, o III CONCUR teve como marca distintiva a disputa de dois claros projetos políticos para o futuro da entidade, com a vitória de apenas um deles. De um lado o projeto da “CUT-movimento”, de caráter mais acentuadamente radical, que queria fazer da CUT um movimento social em luta contra o capitalismo e de outro, o da “CUT-organização”, que queria fazer da entidade uma estrutura verticalizada, administrativa e burocrática, enfim, uma “empresa sindical dotada de racionalidade” (RODRIGUES, I. J. 1997, p. 117). Embora de maneira não tranquila e definitiva, este último projeto saiu vencedor, tendo sido capitaneado pela corrente da Articulação Sindical, que pode dar a linha política hegemônica da Central nos anos subsequentes, consolidando a partir do IV CONCUR (realizado em 1991) uma nova modalidade de sindicalismo.

No cenário do começo dos anos 1990 o país começa a sentir mais gravemente as contrações de uma crise econômica e social que já se abatera sobre as economias capitalistas internacionais alguns anos antes. Esse é o contexto em que a plataforma política neoliberal e a reestruturação produtiva penetram no Brasil com a vitória da candidatura de Fernando Collor à presidência da república. Uma vez na direção do Governo, o bloco no poder liderado por esse presidente foi capaz de dar início a um realinhamento produtivo, comercial e financeiro do Brasil segundo os interesses do grande capital

internacional e de corporações estrangeiras, adotando uma agenda preme de reformas comerciais liberalizantes e privatizantes sugeridas pelas ideias condensadas no “Consenso” de Washington. Os efeitos dessa crise foram sentidos concretamente sob a forma de inflação econômica, de irrisório crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), desemprego e crescimento dos níveis de pobreza. As soluções tomadas a partir de meados da década para tentar combater essa situação impactaram fortemente toda a realidade brasileira. Por conta da competitividade internacional, as indústrias foram constrangidas a elaborarem mudanças técnicas na produção e na gestão, inclusive na gestão da força de trabalho, gerando repercussões nas relações contratuais de trabalho, forçando modificações na legislação trabalhista e social, reverberando também na forma de intervenção estatal, adequando o funcionamento da máquina pública à nova realidade social.

Nesse íterim, somando os resultados de tal política recessiva e da implementação de inovações tecnológicas e de novas modalidades de gestão da força de trabalho nas fábricas com o agravante dos efeitos ideológicos de determinantes políticos externos – como a falência do socialismo real da União Soviética e do Leste Europeu e a cassação mundial ao movimento sindical combativo –, as instituições organizativas da classe trabalhadora acusaram o golpe dado pela crise mundial: ocorreram alterações nas suas formas de atuação, com a resignificação das visões de mundo no campo da elaboração crítica de esquerda. Tudo isso ajudou a colocar o sindicalismo da CUT na retaguarda política, fazendo-o recuar como força social reformadora, mantendo a entidade em estado defensivo no certame classista nacional. Embora apenas iniciadas no governo Collor, as reformas de cunho neoliberal e seus efeitos sobre o mundo do trabalho ganharam mais radicalidade ao longo da década com os sucessivos mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 2002. Essas transformações econômicas aprofundaram a inserção do Brasil de forma dependente e subordinada na economia mundial, colocando a taxa de desemprego do país no índice mais elevado da sua história<sup>3</sup>.

Diante disso, o sindicalismo da CUT passou por uma transformação substantiva. De uma estratégia de ação baseada no confronto e na luta de classe, a CUT, ao longo da década de 1990, passou para uma estratégia de proposição e negociação com as classes dirigentes brasileiras, nos termos da ordem da sociabilidade capitalista, fazendo a escolha de participar de um (chamado) “entendimento nacional” para combater os efeitos das políticas neoliberais, deslocando o foco da sua atuação para o pragmatismo político.

Nas suas análises internas, notadamente nas resoluções dos seus Congressos Nacionais de 1991, 1994, 1997 (4º, 5º e 6º CONCUR’s, respectivamente), a própria CUT admitiu que o seu sindicalismo, em função desse contexto, assumiu uma postura estratégica de resistência propositiva ao neoliberalismo e em defesa do trabalho formal, em oposição à retórica socialista e à prática de contestação e radicalização na luta que pautavam a animação da entidade no seu surgimento.

Não obstante, as modificações internas realizadas pela Central, no sentido de desenvolver propostas para amenizar os efeitos das macro-políticas neoliberais entre frações da classe trabalhadora brasileira, continuaram a ocorrer até dar corpo a outras configurações de atuação. Pode-se afirmar que, no contexto desse transformismo político efetuado pela central, ela tenha completado o caminho da sua migração política, partindo de um tipo de sindicalismo que propunha e negociava políticas públicas em fóruns tripartites oficiais (um postura tipicamente participacionista), associando isso a uma nova modalidade de ação sindical que, sem abdicar do participacionismo, passou a priorizar a execução dessas políticas públicas. É nesse íterim que se tem, como melhor exemplo das atuais ações da CUT, o seu envolvimento em projetos de educação e qualificação de trabalhadores e de planos vinculados ao cooperativismo e à economia solidária.

---

<sup>3</sup> Conforme POCHMANN, Márcio. Desempregados no Brasil. In: *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. ANTUNES, Ricardo (org.). São Paulo, Boitempo, p. 59-73, 2006.

## A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AGENDA DA CUT

O debate mais geral sobre a economia solidária é longo e ainda não há um consenso universalmente válido que sirva para defini-la categoricamente. Embora haja no Brasil uma definição oficial, dada pelo Estado, que demarca o campo da “economia solidaria” para fins de ações políticas do governo federal, dentro do seu próprio campo de militância e de produção teórica, tanto nacional, quanto internacionalmente, ainda pairam muitas divergências sobre uma sistematização teórica e política do que ela é, a despeito dos óbvios pontos de contato existentes<sup>4</sup>.

Se há alguma unidade conceitual e explicativa no espaço próprio da militância política da economia solidária e que lhe dê algum aspecto teórico, encontramos na produção teórica do economista Paul Singer a sua melhor expressão. Para Germer (2006), Singer “diferencia-se (entre os autores desse campo) pela tentativa de teorizar a economia solidária com base em alguns elementos da teoria social marxista” ainda que ele faça “uso de conceitos marxistas sem se ater ao seu sentido original e sem chamar a atenção do leitor para o sentido alterado que lhes dá” (GERMER, 2006, p. 196).

Singer é um emblema da militância da economia solidária no país. Tanto é assim que ele é a principal influência para a elaboração teórica e a intervenção prática, tanto daquelas executadas pelo Governo Federal por meio da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES)<sup>5</sup>, quanto daquelas efetuadas pela própria CUT, que, em larga medida, em função do vínculo histórico com o PT e da cessão de quadros para a composição do governo, têm influído nas definições que a primeira faz.

Na esteira das formulações sobre a economia solidária feitas pela SENAES, encontramos a definição de que ela é:

“uma resposta importante dos trabalhadores e das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. São milhares de organizações coletivas, organizadas sob forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário” (BRASIL, 2007. p.7)

Nesse sentido, como resposta aos efeitos da crise capitalista das últimas décadas, a economia solidária se configuraria como sendo os empreendimentos econômicos alternativos de sobrevivência para grupos sociais em situação de desemprego, realizados sob a forma de cooperativas, empresas autogestionadas, associações e complexos cooperativos, que estariam atuando à margem da economia de mercado. Todavia, para que estes ainda se definam como realizações concernentes à economia solidária é preciso que eles se caracterizem como sendo atividades econômicas marcadas pela cooperação, pela autogestão, pela viabilidade econômica e pela solidariedade (BRASIL, 2007). Mesmo nessa delimitada perspectiva, uma grande quantidade de práticas diferenciadas são enquadradas sob o domínio da economia solidária para o governo: trabalhadores que constroem suas casas por meio de mutirão, uma pequena cooperativa de artesãos ou uma grande empresa cooperativa, clubes de trocas, banco de crédito cooperativo, fábricas falidas e que foram recuperadas pelos trabalhadores.

A partir dessa caracterização não seria exagero dizer, em outros termos, que as atividades que caracterizam a economia solidária seriam as respostas que os trabalhadores precarizados e/ou

<sup>4</sup> Para um debate que distribui melhor cada autor/militante da economia solidária de acordo com sua perspectiva política vide WIRTH; FRAGA; NOVAES. Educação, Trabalho e Autogestão: limites e possibilidades da economia solidária. In: *Trabalho, Educação e Reprodução social – As contradições do capital no século XXI*. BATISTA, E. L.; NOVAES, H. Bauru, SP: Canal 6, 2011, p. 191-218.

<sup>5</sup> A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2003, no primeiro mandato do Governo Lula da Silva. A titularidade da pasta, desde então, até o presente momento, no Governo Dilma Rousseff, está sob a responsabilidade de Paul Singer. O discurso oficial é de que ela foi criada com o propósito de desenvolver e fortalecer as experiências de economia solidária na agenda do Estado nos três níveis de governo.

desempregados são forçados a buscarem (autonomamente ou com auxílio de outras entidades, como igrejas, sindicatos, movimentos sociais ou o próprio Estado), fora da opção do assalariamento formal, para tentarem mitigar sua situação de pobreza num cenário de recessão econômica. Contudo, apesar da clara evidência de assistência dessas ações para o governo federal, em alguns discursos que estão próximos ao governo aparece a ideia de que as experiências em economia solidária seriam “embriões de novas formas de organização da economia e da sociedade” (DOMINGUES; TEIXEIRA, 2007) ou, para ser mais claro, até mesmo um “novo modo de produção” (SINGER, 2003). Não deixa de ser estranho pensar que a economia solidária seria o indício de uma transformação substantiva na sociedade capitalista em direção à outra sociabilidade, como querem muitos dos seus teóricos, se ela é incentivada por empresas privadas, por governos de distintos matizes políticos e até por organismos internacionais como a ONU, fato que certamente já serviria para colocar em questionamento o seu caráter de reformador do modo de produção vigente.

Apesar disso, o fato é que os números da economia solidária no país são bastantes significativos. Nos dados reunidos no Atlas da Economia Solidária no Brasil (BRASIL, 2007), produzido em 2005 pelo Ministério do Trabalho havia 14.954 empreendimentos solidários de diversos tipos no país. São números que mostram a importância desse tema no cenário político-social brasileiro. Ademais, têm participado da difusão dessa prática e desse ideal, movimentos sociais que têm ocupado papel de destaque no cenário político brasileiro, além da própria CUT, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No que diz respeito ao envolvimento da CUT no âmbito da economia solidária, sabemos que isso se deu a partir da segunda metade dos anos 90 com a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC<sup>6</sup>, quando, no contexto da forte concorrência internacional causada pela desregulamentação do mercado brasileiro, diversas fábricas na sua circunscrição de atuação estavam fechando ou à beira da falência, o sindicato propôs a organização de cooperativas de trabalhadores para administrar essas empresas. Diante de tal conjuntura, o sindicato começou a discutir o tema em congresso a partir de 1996 e, no congresso seguinte, de 1999, o cooperativismo típico da economia solidária já havia alcançado o grau de debate central na instituição, resultado disso a fundação, com o seu apoio institucional, da central de cooperativas UNISOL (União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social). No mesmo ano a própria CUT faz a sua maior investida nesse campo com a criação da ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário) em parceria com a ONG holandesa ICCO – a Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento, a Fundação Unitrabalho (hoje denominada Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Mundo do Trabalho) e o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese).

Não é coincidência que na CUT o período de aparecimento do debate sobre economia solidária, mas, especialmente sobre a forma cooperativista de produção, também ganha corpo no período compreendido entre 1997 e 2000, anos de realização dos 6º e 7º CONCUR. Até o congresso de 1997 o debate sobre economia solidária praticamente inexistia no seu interior, e as únicas menções às cooperativas resumiam-se a criticar àquelas organizadoras de mão-de-obra, denunciando seu caráter prejudicial aos direitos dos trabalhadores e funcional à acumulação privada, mas defendendo as cooperativas de crédito para a agricultura familiar.

Embora não havendo consenso no interior da entidade sobre a assunção das práticas cooperativistas e da economia solidária o tema ganha contornos de preocupação central para a CUT no seu 7º congresso. Nota-se nesse ponto o peso político do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e da tendência hegemônica na central para toda a CUT assumir a adoção de tais práticas.

---

<sup>6</sup> Este sindicato é, historicamente, um dos mais representativos da CUT e tradicionalmente um termômetro sobre o comportamento político da própria central como um todo.

A Central justificou sua inserção na prática de tais atividades na decorrência dos efeitos da crise do mundo do trabalho e na crise dentro do próprio movimento sindical. Para a CUT, fazia-se necessário na virada do milênio o desenvolvimento de uma nova estratégia de enfrentamento com o neoliberalismo e uma nova proposta para a organização dos trabalhadores, incluindo a mobilização dos desempregados. Nesse sentido, embora não de forma incontestada, as cooperativas e os empreendimentos solidários-econômicos são colocados como uma alternativa, como meio de luta para combater o desemprego e a precarização do trabalho. É o que se pode verificar no texto do seu 7º Concut, que definiu que:

“uma estratégia inovadora da CUT no combate ao desemprego e à exclusão social é a construção de um projeto de economia solidária, visando, por meio da disseminação de empreendimentos econômicos solidários, como as cooperativas populares autênticas e de autogestão e as empresas de autogestão, ampliar as possibilidades de um desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda e geração de novas oportunidades de trabalho, sob princípios da democracia e da autogestão” (CUT, 2000, p. 33).

Na sequência desse primeiro envolvimento da entidade no campo da economia solidária, tem-se também a sua participação na expansão da UNISOL para todo o Brasil a partir de 2000, difundindo nacionalmente as experiências cooperativistas antes gestadas no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; além disso, a CUT também participou da fundação da central de cooperativas ECOSOL (Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário) – em 2004.

Não é nossa intenção agora descer aos detalhes de como se processou o desenvolvimento do cooperativismo e da economia solidária nos anos que se seguiram. Para os nossos propósitos, basta saber que de 1999 a meados de 2006 as principais ações da CUT na direção da economia solidária, por meio da ADS, consistiram mesmo na construção de cooperativas pelo Brasil (CUT, 2006).

## **SIGNIFICADOS E IMPLICAÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CUT**

Escolhas políticas são feitas motivadas por julgamentos valorativos sobre o mundo e não são livres de consequências. Diante de um contexto de crise econômica e desemprego generalizado, a direção majoritária da CUT assumiu o lado da economia solidária na tentativa de minimizar os efeitos desse momento recessivo sobre os trabalhadores. Esta não era a única opção de luta e tampouco foi o exclusivo caminho que seguiram outras entidades que também se situam no campo da crítica socialista. Ao optar pela economia solidária, a CUT tinha consciência das contradições implícitas à essa forma de organização dos trabalhadores e expressou em diversas ocasiões o risco que se corria em aprofundar as condições de intensificação do trabalho e da exploração dado todos os limites das cooperativas se sustentarem no mercado, em concorrência com as empresas monopolistas, sem lançarem mão de métodos produtivistas similares no que diz respeito a intensificação das tarefas.

Entretanto, sendo coerente com o perfil político pragmático e reformista que se consolidou no interior da Central nos últimos anos, ela confirma sua característica de “lutar pela construção do socialismo” de forma avessa à qualquer radicalidade, incentivando um tipo de participação popular que não visa o controle das ações estatais, nem a manutenção e a expansão de direitos, mas que se responsabiliza por políticas precárias e paliativas de combate ao desemprego. Outrossim, temos uma hipótese, levantada a partir de algumas informações preliminares, mas que ainda precisam ser revisitadas, que, apesar do discurso da importância estratégica da economia solidária para o projeto político recente da CUT, a retomada do crescimento econômico no Brasil e do emprego formal entre

2004 e 2006 fez com que todo o afã para o desenvolvimento de práticas econômicas solidárias diminuísse no seio da Central.

Por ter começado a se envolver na execução de políticas como as concernentes ao campo da economia solidária a CUT não deixou de ser a grande entidade sindical burocratizada que faz lutas no campo econômico-corporativo, como descreve a literatura crítica especializada. Temos a leitura que a sua preferência em participar do debate da economia solidária foi uma estratégia voltada mais para tentar resguardar a sobrevivência da própria entidade do que em construir uma alternativa econômica plausível ao desenvolvimento capitalismo neoliberal. Como o alto índice de desemprego do país durante a década de 1990 provocou uma profunda desintegração das bases sindicais, a entrada da CUT na execução de práticas econômico-solidárias significou uma tentativa de garantir uma legitimidade social que estava sendo perdida juntamente com o seu poder político. No entanto, com a retomada do crescimento econômico e do assalariamento formal a partir do Governo Lula, houve uma recuperação da importância dos sindicatos e das próprias centrais sindicais, e, no caso específico da CUT, a proximidade política ao governo federal do PT, deu-lhe outro lastro de legitimação. Desse modo, acreditamos que ocorreu um desinteresse pelo tema da economia solidária na instituição.

Tomando as resoluções dos seus congressos recentes, percebemos que, de projeto estratégico (em si mesmo, bastante questionável) essencial no início da década de 2000, a economia solidária se transformou em preocupação secundária dentro da CUT após 2006, tendo a responsabilidade por seu desenvolvimento sendo compartilhada com o governo federal, especialmente com a SENAES. Ademais, mesmo quando os serviços relativos à economia solidária são executados pela CUT, eles se assemelham a uma prestação de serviço de tipo filantrópico. De maneira comparada, podemos dizer que da mesma forma que as empresas assumem discursos e práticas de “responsabilidade social” no sentido de “disputar” a sociedade civil, a política da CUT para a área da economia solidária significa uma reiteração da prática de atender focalizadamente as demandas dos grupos sociais mais pobres. Não seria exagero dizer que a prática da CUT para a esta seara seria uma espécie de responsabilidade social sindical. Nesse sentido, entendemos que as opções contemporâneas da CUT pelo apoio e fomento da economia solidária significam uma contradição com suas intenções manifestas de transformação social, estando em desacordo, teórica e praticamente, como uma real alternativa questionadora e transformadora da lógica capitalista.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas, Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. *O que é Sindicalismo?* São Paulo, Brasiliense, 2003, (Coleção Primeiros Passos, 3).

BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique (org.) *Trabalho, educação e reprodução social – as contradições do capital no século XXI*. Bauru, SP: Canal 6, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Despachos do Ministro. Em 25 de abril de 2013. *Diário Oficial da União*. Em 29 de abril de 2013. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Brasil, de 29/04/2013. Acesso em: 13/07/2013.

\_\_\_\_\_. *Atlas da Economia Solidária no Brasil* (2007). Disponível em: <[http://www.trabalho.gov.br/ecosolidaria/sies\\_atlas.asp](http://www.trabalho.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp)>. Acesso em: jul.2013.

CUT. Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 1984.



- \_\_\_\_\_. Resoluções do 2º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 1986.
- \_\_\_\_\_. Resoluções do 3º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 1988.
- \_\_\_\_\_. Resoluções do 4º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 1991.
- \_\_\_\_\_. Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 1994.
- \_\_\_\_\_. Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 1997.
- \_\_\_\_\_. Resoluções do 7º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 2000.
- \_\_\_\_\_. Resoluções do 8º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 2003.
- \_\_\_\_\_. Resoluções do 9º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 2006.
- \_\_\_\_\_. Resoluções do 10º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 2009.

CORREA, João Guilherme de Souza. Formação de trabalhadores e movimento sindical: desenvolvimento e consolidação da Política Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na última década (1998-2008). 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p. 131.

DOMINGUES, Marta Regina; TEIXEIRA, Marilaine Oliveira (orgs.). *Metodologia para um índice de Desenvolvimento em Empreendimentos Solidários*. São Paulo: CUT, 2007.

GERMER, Clauss. A economia solidária: uma crítica marxista. In: *Outubro*, Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 14, 2º sem 2006, pp. 193-214, 2006.

GIANNOTTI, Vito, LOPES NETO, Sebastião. *CUT, ontem, hoje e sempre*. Vozes, Petrópolis, 1992.

NOVAES, Henrique T (org.). *O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNES, Débora. *Incubação de empreendimentos de Economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação*. São Paulo: Annablume, 2009.

POCHMANN, Márcio. Desempregados no Brasil. In: *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. ANTUNES, Ricardo (org.). São Paulo, Boitempo, p. 59-73, 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In. BOITO JR., A. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. *CUT. Os militantes e a ideologia*. São Paulo, Paz e Terra, 1990

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política, a trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta, 1997.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU; Regina Yoneko (orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. *Pra onde vai a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal (19782000)*. 2009. 237 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p. 197.

TUMOLO, Paulo Sergio. *Da contestação à conformação – A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas, Editora da Unicamp, 2002.

WELLEN, Henrique. *Para a crítica da economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ZARPELON, Sandra Regina. *A esquerda socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONG's e o cooperativismo da CUT*. 2003. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.